

Graça Moura defende Macau e elogia Rocha Vieira



O Deputado Vasco Graça Moura apoiou, na Sessão Plenária do PE em Estrasburgo, o relatório de Mário Soares sobre Macau, salientando *“a necessidade de respeito total do estatuto e do quadro legal adoptados para Macau, quer no tocante aos direitos fundamentais, quer no tocante aos demais direitos e princípios da legalidade democrática que decorrem da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa de 1987 e da Lei Básica de 1993, cuja articulação é muito utilmente recapitulada”*, bem como *“a necessidade de incentivar a cooperação entre a Europa e Macau em todas as vertentes, sendo mais do que evidente a conveniência de rápida nomeação de um representante da União Europeia para a Região Autónoma Especial”*.

texto na pág. 2

Meteu água...

Deputados europeus eleitos por Portugal de todas as famílias políticas reclamaram maior atenção e apoio para as **vítimas das cheias** no nosso País.

A Proposta de Resolução que subscrevi conjuntamente com **Arlindo Cunha**, foi discutida em simultâneo com outras Propostas de Resolução e deu lugar a uma **Proposta Comum** assinada pelos 4 partidos portugueses e Deputados de outros países.

Requeria a **solidariedade** urgente da União Europeia e sublinhava a necessidade de mais rigor e responsabilidade na gestão do ambiente e do ordenamento do território.

A **solidariedade** deverá ser um elemento essencial e permanente na construção europeia e, desta vez, não foi esquecida pelo Parlamento Europeu que aprovou o que propusémos praticamente por unanimidade. *(ver texto da resolução na pág.5)*

Menos feliz foi a Comissão Europeia. Começou por dizer "nem um Euro a mais" mas acabou por admitir, perante a pressão do Parlamento, que **poderá haver lugar a apoios excepcionais** face à gravidade da situação.

É caso para dizer que, sobre as cheias em Portugal, a **Comissão meteu água...**

Carlos Miguel Coelho

Destilação vínica

Arlindo Cunha
denuncia esquecimento pág. 2

Incentivos ao Emprego

**Intervenção de
Regina Bastos** pág. 3

Zona Franca da Madeira

Sérgio Marques
pressiona Comissão
Europeia pág. 4

Portugueses presos em Cabinda

Pacheco Pereira quer
iniciativa do Parlamento
Europeu pág. 8

Arlindo Cunha denuncia "esquecimento"

O Deputado do PSD **Arlindo Cunha** questionou o Comissário Franz Fischler sobre “se não considera justo aceitar a elegibilidade das candidaturas portuguesas à destilação vínica (cerca de 450.000 hectolitros) e em que condições pensa fazê-lo e se não acha justificado rever esta parte das novas regras de destilação, voltando a estabelecer uma chave de repartição equitativa pelos Estados Membros produtores de vinho”.

Arlindo Cunha recorda que “a entrada em vigor, em 1 de Agosto, da nova Organização Comum de Mercado (OCM) do vinho veio alterar substancialmente as regras e procedimentos relativos às operações de destilação.

- Antes existia uma destilação preventiva, repartida equitativamente por todos os Estados Membros, após a realização de um balanço global dos excedentes vínicos. Esta destilação era realizada tradicionalmente no mês de Dezembro.
- Com o novo regulamento deixou de haver um balanço vínico global e a destilação preventiva foi substituída por uma destilação voluntária de vinhos destinada à produção de álcoois de boca. Esta



operação é automática para quem se inscrever e inicia-se logo em 1 de Setembro”.

Sucede, acrescenta **Arlindo Cunha**, “que as autoridades e os destiladores portugueses não se deram conta atempadamente destas profundas mudanças e, como é do conhecimento do Senhor Comissário Franz Fischler, Portugal foi excluído do contingente global de 12 milhões de hectolitros de vinho a destilar”.

No texto enviado à Comissão Europeia, **Arlindo Cunha** refere “três razões de substância para que esta situação injusta seja reparada: primeira, porque é notório o profundo desequilíbrio que as novas regras criaram na União Europeia em que apenas 2 Estados Membros absorveram 96% do contingente de vinhos destinados a destilação; segunda, porque é vital para Portugal o abastecimento de álcoois de boca destinados à sua produção de vinhos generosos, designadamente o vinho do Porto; terceira, porque sendo este o primeiro ano de aplicação da nova política vitivinícola foi manifesta a falta de informação aos agentes do sector, justificando-se pois mais flexibilidade na aplicação desta medida”.

Graça Moura defende MACAU

Continuação da primeira página

Se, como se espera, e desde já se indicia no relatório Soares, se confirmarem amplamente os aspectos positivos da evolução da situação em Macau, não se pode deixar de ver nisso o resultado, não apenas da cuidada preparação da transferência de soberania por parte de Portugal e da China, mas também do especial empenhamento das autoridades actuais de Macau e ainda - sendo importante lembrá-lo - da **acção extraordinariamente relevante do último governador português de Macau, Vasco Rocha Vieira**, sobre cujos méritos o Parlamento teve oportunidade de escutar o depoimento especialmente autorizado do Comissário Patten em sessão plenária, em Dezembro de 1999. Essa actuação no terreno teve o mérito de garantir duradouramente, entre outras coisas, o respeito dos direitos fundamentais e foi uma forma de luta serena e convicta por estes, sem o dramatismo que caracterizou o combate dos que têm sido galardoados com o Prémio Sakharov, mas com uma eficácia e uma repercussão semelhantes”.

Vasco Graça Moura defendeu que “os aspectos muito positivos apontados não devem, no entanto, levar as autoridades da União Europeia a seguirem ulteriores desenvolvimentos com menos atenção. Alguns pontos, porventura explicáveis pela diferença de mentalidades, justificam-no: sabe-se ter havido entretanto uma alteração ao Código das Sociedades Comerciais, eventualmente susceptível de colidir com as regras da transparência em matéria de concursos públicos, e também que a língua portuguesa está a ser menos utilizada, tanto no plano oficial, como no da comunicação social e no escolar.

Parece haver ainda indícios de alterações no tocante à lei eleitoral, em certos aspectos concernentes à Administração Pública e à classificação dos funcionários, ao sistema de saúde e ao ensino superior. Espera-se que se trate de aspectos superficiais que não venham a traduzir um afastamento da União Europeia e um empobrecimento da autonomia de Macau, em benefício das práticas vigentes noutros países da área ou de uma diluição menos aceitável na própria China”.

Regina Bastos apoia incentivos ao emprego

A Deputada do PSD Regina Bastos apoiou um relatório em que se propõe *“dinamizar a cooperação entre os Estados-membros na análise, investigação e acompanhamento da política do mercado de trabalho, no contexto de uma economia baseada no conhecimento, identificando as melhores práticas, promovendo intercâmbios e transferências de experiências, a par de uma política de informação activa de forma a que o cidadão europeu apreenda facilmente quais os objectivos estratégicos em matéria de emprego”*.

Regina Bastos, que participou no debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre incentivos comunitários no domínio do emprego, recordou que *“o artigo 2.º do Tratado estatui como um dos objectivos da União Europeia a promoção de um elevado nível de emprego.*

Mais recentemente, sublinhou Regina Bastos, *o Conselho Europeu de Lisboa definiu como objectivo estratégico da União torná-la no espaço económico mais dinâmico e competitivo do planeta, fundado no conhecimento e capaz de garantir um sustentável crescimento económico, potenciador de mais e de melhores empregos e de maior coesão social”*.

Para Regina Bastos, *“este relatório visa contribuir para alcançar este novo desafio nascido em Lisboa, comportando a igualdade de oportunidades entre*

homens e mulheres no domínio do emprego, o que constitui um dos quatro pilares da estratégia europeia de emprego”.

Regina Bastos considera ainda fundamental *“assegurar o envolvimento dos parceiros sociais e de demais entidades locais e regionais neste esforço que deve ser de todos. Por outro lado, uma avaliação da existência de infra-estruturas que facilitem o acesso e a manutenção do trabalho a homens e a mulheres, tais como creches e assistência social ao domicílio, é igualmente imprescindível”*.

Para a Deputada social democrata, *“o Parlamento Europeu é já, no âmbito do processo de consulta, um importante actor na definição das orientações anuais para o emprego, importando, agora, que participe também na avaliação quantitativa e qualitativa do impacto global da Estratégia Europeia de Emprego”*.

Regina Bastos defendeu que *“uma crescente dotação orçamental neste domínio afigura-se como algo de positivo e indispensável”*, alertando no entanto para o facto de *“a utilização de fundos públicos dever ser feita com equilíbrio e com parcimónia, sempre com elevado rigor”*, sublinhando que *“a afectação de recursos deve acompanhar as necessidades reais e concretas e ter em conta a execução orçamental de cada rubrica”*.



Costa Neves na Jugoslávia

O Deputado do PSD Carlos Costa Neves, na qualidade de **Relator-Geral do Parlamento Europeu para o Orçamento da União Europeia para 2002**, deslocou-se a Belgrado, integrando uma delegação de parlamentares europeus.

A Delegação do Parlamento Europeu, composta por seis Deputados das Comissões dos Negócios Estrangeiros e do Orçamento manteve, na Jugoslávia, contactos ao mais alto nível, nomeadamente com o Presidente Kostunica, com o Presidente do Parlamento e com os Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Justiça e do Interior.

Costa Neves definiu como objectivo desta visita *“a avaliação da actual situação na Jugoslávia, o*

impacto da ajuda concedida pela União Europeia a seguir ao início do processo de democratização da Jugoslávia, lembrando que o apoio da União Europeia àquele país esteve bloqueado durante o consulado de Milosevic e perspectivar os apoios futuros da União, salientando a importância para este efeito do relatório neste momento em curso no Banco Mundial”.

Para Costa Neves, a sua integração nesta delegação na qualidade de Relator-Geral para o Orçamento, *“significa a vontade política de dar sustentação ao apoio da União Europeia e ao seu enquadramento face a outros compromissos já assumidos”*.



Zona Franca da Madeira:

Sérgio Marques pressiona Comissão Europeia

Sérgio Marques questionou a Comissão Europeia sobre se esta vai ou não adoptar, em breve, uma decisão relativa à Zona Franca da Madeira, que foi objecto de investigação, por dúvidas da compatibilidade do regime de auxílios de Estado com o Direito Comunitário.

O Deputado madeirense recorda que «o regime de auxílios financeiros e fiscais que integram a Zona Franca da Madeira (ZFM), foi devidamente autorizado pela Comissão em 1987.».

Para Sérgio Marques «a posição da Comissão Europeia, irreduzível em tomar em consideração em matéria de auxílios de Estado a situação de ultraperiferia da Madeira, consagrada no Tratado de Amesterdão, e das autoridades portuguesas, irreduzíveis, igualmente, na defesa da legitimidade do regime de auxílios em vigor na ZFM, levaram à abertura, pela Comissão, em Julho de 2000, dum procedimento formal de investigação, por dúvidas da compatibilidade do regime de auxílios vigente na ZFM com o Direito Comunitário».

Sérgio Marques sustenta, assim, que «a abertura do procedimento formal de investigação colocou

em causa o clima de confiança imprescindível ao desenvolvimento da ZFM, transmitindo-se para o exterior uma imagem de inconsistência do regime com a conseqüente possível deslocação dos operadores para praças concorrentes. Foi também colocado em causa um dos principais vectores de desenvolvimento regional, pois é bem conhecida a mais valia que a ZFM tem trazido para o desenvolvimento económico e social da Madeira, nomeadamente ao permitir a instalação de novos projectos de investimento, a diversificação da estrutura produtiva, a aquisição de know-how e a geração de emprego qualificado, a criação de postos de trabalho (actualmente rondam os 2700) e a promoção da Madeira no exterior».

Para Sérgio Marques, «está em causa o desenvolvimento de uma das regiões mais desfavorecidas da União Europeia e de Portugal, pelo que importa pedir alguns esclarecimentos à Comissão. A regulamentação comunitária que estabelece as regras sobre condução dos procedimentos formais de investigação concede à Comissão um largo período de tempo para adoptar uma decisão no âmbito deste tipo de procedimentos, que pode mesmo ultrapassar os 18 meses, a contar da data do seu início».



Citando José Saramago,

Vasco Graça Moura em defesa dos Direitos de Autor

O Deputado Vasco Graça Moura defendeu que «uma directiva sobre os direitos de autor não pode ser escandalosamente lesiva dos protagonistas activos desse processo que são os autores em todas as áreas da criação cultural.

Ora, acrescentou, a maior parte das excepções previstas quanto ao direito de autor abre um processo de tipo 'canceroso', dando lugar à proliferação descontrolada e selvagem das utilizações abusivas».

Para Graça Moura, «quanto mais excepções previstas, mais se enfraquece o direito a regular! Quanto mais excepções facultativas, mais se prejudica a uniformização e a coordenação das legislações nacionais nesta matéria. Por isso é de extrema importância a limitação do alcance dessas excepções».

Graça Moura referiu «a necessidade de

delimitação rigorosa do conceito de uso privado de uma cópia. Se o conceito de uso privado não forçar à coincidência com a esfera doméstica ou à utilização da cópia apenas pelo seu autor, em vez de resolver os principais problemas, a directiva continuará a constituir um estímulo à pirataria mais desbragada».

Vasco Graça Moura citou uma mensagem subscrita, entre outros, pelo Prémio Nobel José Saramago: «Como artistas, preocupa-nos particularmente que a cópia maciça não autorizada possa minar de forma decisiva o meio de vida de todos quantos integram a comunidade criativa. Aqueles que nada têm a ver com o processo criativo iriam consumir o fruto do trabalho alheio sem reinvestimento produtivo, a menos que a cópia privada mantenha efectivamente o seu estatuto de cópia privada».

Cheias em Portugal: Acção e não promessas

Carlos Coelho, Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, afirmou, em Estrasburgo, que *“mais uma vez se faz apelo à solidariedade europeia e cabe à Comissão Europeia encontrar as formas de o concretizar. Que não se esconda, acrescentou, atrás da insuficiência das verbas. As pessoas aflitas não querem ouvir desculpas administrativas. Cabe-nos provar que a Europa para além de uma ideia generosa é uma construção eficaz”*.

O Deputado social democrata, que participou no debate em Plenário sobre as recentes inundações em Portugal e que, em conjunto com o Deputado Arlindo Cunha, foi autor de uma Proposta de Resolução, sublinhou que *“a natureza foi uma vez mais impiedosa e a fúria da chuva incessante e dos rios desregrados semearam a destruição e a dor. Houve danos materiais vultosos, famílias desalojadas, feridos e mortos”*.

Para Carlos Coelho, *“há duas questões de fundo que interessa recordar: No Plano Global : A **protecção***

do Ambiente e as Mudanças Climáticas. Há alguns anos apenas, quem falava nisso era utópico, alarmista e até um pouco louco. Hoje a evidência é clara para todos e temos de decidir com eficácia para impedir que a situação piore;



*No Plano de Portugal: Que não haja dúvidas: não pretendo ceder à demagogia . O Governo do meu País e as autoridades locais não são responsáveis pelas chuvas que caíram, mas há uma responsabilidade de que não se podem eximir: **mais rigor no ordenamento do território, maior resistência à especulação urbana, recusar a construção nos leitos de cheia, melhor gestão dos leitos dos rios e das descargas das barragens.***

Temos todos de colaborar não apenas para socorrer agora quem precisa de ajuda, mas acautelando as medidas e as acções que previnam e reduzam a probabilidade de desastres semelhantes no futuro”.

RESOLUÇÃO do P.E. sobre as Cheias em Portugal

Considerando as graves condições climáticas que têm vindo a assolar Portugal neste Inverno, particularmente as que se verificaram no fim-de-semana de 26 a 28 de Janeiro, especialmente no Norte e Centro do país;

Considerando que os seus efeitos provocaram perdas de vidas humanas e enormes sofrimentos pessoais, assim como a destruição ou danificação de habitações e de bens utilitários de milhares de famílias;

Considerando os avultados danos materiais, nomeadamente a destruição de infra-estruturas de transportes, industriais e comerciais, de redes telecomunicações e de energia, elevados prejuízos na agricultura e na pesca, e em todas as actividades económicas em geral;

Considerando que se aponta para a existência de dezenas de milhões de contos de prejuízos;

Expressa os seus sinceros pêsames às famílias das vítimas e manifesta a sua solidariedade para com as pessoas desalojadas e que perderam os seus haveres e a todas as populações afectadas, muito particularmente às das bacias dos rios Douro, Mondego e Tejo;

Enaltece os esforços levados a cabo pelas diversas entidades portuguesas envolvidas e que se mobilizaram no sentido de auxiliarem as vítimas das inundações, em particular, as várias corporações de bombeiros, organismos militares e organizações de voluntários;

Solicita à Comissão que, em colaboração com o governo português e com as autoridades locais, atribua um apoio financeiro excepcional para complementar os meios postos ao dispor pelas entidades portuguesas no sentido de dar resposta às necessidades urgentes das populações mais afectadas, à reconstrução das infra-estruturas destruídas e à recuperação das actividades económicas;

Insiste de novo junto da Comissão e das autoridades dos Estados-membros, de acordo com anteriores posições adoptadas por este Parlamento, na urgência de serem tomadas medidas vocacionadas para a prevenção e socorro em situações de emergência ou catástrofe que incluam a dotação de meios técnicos e humanos operacionais adequados;

Chama à atenção dos Estados membros para a necessidade cada vez mais premente de inverter a actual destruição de ecossistemas, de empreender um saneamento a longo prazo do meio ambiente, incluindo o dos rios e respectivos leitos, e dos sistemas de rega, diques e barragens;



Aterro do Oeste: Moreira da Silva quer suspensão das obras

O Deputado do PSD, Jorge Moreira da Silva, em carta dirigida à Comissária Margot Wallström, requer que a Comissão Europeia **“solicite ao Governo Português a suspensão imediata das obras de construção do Aterro Sanitário do Oeste, até que seja realizado um estudo de impacto ambiental que ateste a sustentabilidade do projecto”**.

Na referida carta, Moreira da Silva recorda que, através de uma pergunta escrita que dirigiu à Comissão, no passado mês de Outubro, *“alertei para o facto de, na minha opinião, como na opinião de muitos e reputados técnicos portugueses, a localização prevista para o Aterro Sanitário do Oeste não assentar em critérios de racionalidade e de respeito pelos cidadãos e pelo meio ambiente”*.

Na resposta, a Comissão Europeia confirmou que o projecto em questão não foi alvo de nenhuma avaliação de impacto e afirmou que *“se, uma vez analisados todos os esclarecimentos apresentados pelas autoridades portuguesas, a Comissão confirmar que o local escolhido para o projecto possui aquíferos considerados como reservas estratégicas para a região e que, conseqüentemente, o projecto é susceptível de exercer impactos significativos no Ambiente, a Comissão ver-se-á obrigada a recorrer a todos os instrumentos jurídicos previsto no Tratado CE para assegurar a correcta aplicação do direito comunitário”*.



Graça Moura e as novas fronteiras do Livro

Nos tempos que correm **não é apenas o conceito do livro que está a mudar**; o conceito de literacia também está. A ignorância ou a incapacidade de domínio das novas tecnologias na área da palavra escrita e do conhecimento provocará, inevitavelmente, o aparecimento de novas formas de iliteracia com todos os custos humanos, sociais, económicos e culturais correspondentes.

Por isso mesmo, deve temperar-se ao menos metodologicamente a euforia que tem sido dominante em reuniões internacionais, com o seu máximo no

Conselho de Lisboa, quanto ao papel das novas tecnologias no desenvolvimento da União e na luta contra o desemprego em termos acelerados. Mas não se trata apenas de reflectir nas questões do livro, da edição electrónica, do **printing on demand** e problemas afins. Não fará sentido adoptar medidas divergentes ou até porventura contraditórias no tocante às políticas da edição electrónica e do livro, dos direitos de autor ou do **e-learning**. A definição e a coordenação das linhas que hão-de nortear tais políticas carecem cada vez mais da verificação de pelo menos dois pressupostos: o apoio crescente de peritos qualificados, habilitando os políticos num campo que regra geral eles não dominam bem, e a opção por dispositivos legais susceptíveis de rápida adaptação à evolução das tecnologias e do mercado.



Carlos Coelho contra imigração clandestina

O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu a existência de **“uma política comum dos Estados Membros, em matéria de imigração e de asilo, que só pode ser eficiente se for concebida de forma abrangente e adequada aos requisitos demográficos, económicos e humanitários dos Estados Membros”**.

Carlos Coelho defendeu que é **“igualmente importante que haja uma articulação com o aumento da cooperação judiciária e policial, tanto no quadro da Europol como do Eurojust**.

Há que promover uma solidariedade europeia, com base nas conclusões de Tampere, e assente nos princípios: do co-desenvolvimento, ou seja, o estabelecimento de **parcerias com os países de origem e de trânsito; de integração de imigrantes em situação regular, que passa pela implementação de uma política em favor da igualdade dos direitos económicos e sociais e uma luta contra qualquer forma de discriminação; e da luta contra o tráfico de seres humanos”**, acrescentou.

Carlos Coelho acentuou a necessidade de lutar contra a imigração clandestina, e em particular contra as formas de exploração que daí advêm: **“é uma situação que se tem vindo a agravar não só porque se tem revelado altamente lucrativa e menos arriscada que outros tipos de tráficos, como por ex. o tráfico de droga, mas também porque esta actividade acaba por ser favorecida pelas insuficiências legislativas e operacionais dos Estados Membros, e por tudo o mais que permite aos clandestinos entrar e manter-se nesses territórios”**.



Arlindo Cunha quer mais apoios para os frutos secos

O Deputado Arlindo Cunha defendeu que *“não faz sentido prolongar mais um ano as já de si escassas medidas existentes de apoio aos frutos secos e não dizer mais nada sobre o futuro deste sector.”*

O que faz sim sentido, acrescenta Arlindo Cunha, é que os frutos de casca rija sejam tratados como um sector de corpo inteiro no âmbito da Organização Comum de Mercado das frutas e legumes”.

Arlindo Cunha recordou que *“as chamadas frutas de casca rija, também designados por frutos secos, como a amêndoa, a noz, o pistácio e a avelã, a que se junta também, ainda que diferente na sua natureza, a alfarroba, constituem uma das produções mais típicas das regiões do Sul da Europa.*

Ocupam solos geralmente pobres, onde outras eventuais alternativas não vingam, criam emprego e são profundamente respeitadoras do ambiente, pois que a maioria dos seus sistemas culturais é do tipo tradicional e até biológico.

Apesar de serem muito importantes na economia dessas regiões periféricas específicas, as frutas de casca rija têm uma expressão relativamente marginal no contexto da agricultura europeia”.

Para Arlindo Cunha, *“este sector tem sido um manifesto enteado da PAC se o compararmos com o tratamento dado a outras produções agrícolas e mesmo a outro tipo de frutas.*

Enquanto as medidas futuras anunciadas pela Comissão Europeia não surgem é de elementar prudência, dado os atrasos em cadeia, prolongar as ajudas existentes não por um ano, mas por dois, como pretende a Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu”.



Moreira da Silva apoia Directiva sobre OGM's

O Deputado Jorge Moreira da Silva apoiou a proposta de revisão da Directiva sobre disseminação voluntária de organismos geneticamente modificados (OGM's) para o ambiente, por considerar que *“está no justo equilíbrio entre a liberdade de investigar e o imperativo de protecção da saúde pública e do meio ambiente.*

Por um lado não restringe a investigação e admite mesmo a aplicação limitada para fins experimentais de sementes

OGM. Por outro, define regras mais claras e mais restritivas da libertação de OGM para o ambiente protegendo o consumidor e a biodiversidade, acrescentou”.

Moreira da Silva destacou também o facto *“ de as licenças (de uso das sementes transgénicas) serem de duração limitada assim como o de se ter tornado obrigatório o controlo após a colocação no mercado.*

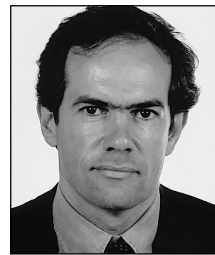


No entanto, sublinhou, a revisão desta Directiva só estará completa quando a Comissão Europeia avançar com iniciativas legislativas que concretizem os princípios agora enunciados de responsabilização ambiental e de rotulagem e rastreabilidade dos produtos contendo OGM”.

Em resumo, defendeu o Deputado social democrata, *“a biotecnologia está a operar uma autêntica revolução na ciência, na economia e até na política.*

Uma revolução de esperança mas também de risco.

Por isso, os fundamentalismos do tipo - sim porque sim e não porque não - não nos levam a lado nenhum”.



Sérgio Marques: Compensar o alargamento

“No momento em que a União Europeia se mobiliza em torno desse grande e histórico desafio da reunificação europeia através do alargamento a leste, este enorme desafio não pode fazer diminuir a atenção e o empenho que a União tem de forçosamente dar à Região Mediterrânea. O alargamento a leste tem de ser equilibrado, com uma realização plena da parceria EURO-MED”.

Até porque, sublinhou Sérgio Marques, *“os objectivos primeiros que justificam ambos são os mesmos. Não fará sentido, acrescentou, garantir a paz, a estabilidade, a segurança, a democracia e o desenvolvimento na Europa alargada e não garantir estes valores também nessa grande zona de proximidade da Europa que é o Mediterrâneo”.*

Sérgio Marques, que participou na reunião do II Fórum Parlamentar Euro-Mediterrâneo salientou que *“a Estratégia Comum aprovada no Conselho Europeu da Feira, contém os objectivos e prevê domínios de acção à altura deste desafio. O mesmo não se poderá dizer dos meios disponíveis”.*

No II Fórum Parlamentar Euro-Mediterrâneo participam delegações de parlamentares dos países da bacia mediterrânica, uma delegação do Parlamento Europeu e delegações dos parlamentos nacionais dos Estados-membros. A delegação da Assembleia da República, presidida por Almeida Santos, integrava o Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD Guilherme Silva e o Deputado socialista Ricardo Castanheira.



Pacheco Pereira quer iniciativa do PE sobre os portugueses presos em Cabinda

Em carta dirigida ao Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, o Deputado do PSD e Vice-Presidente do Parlamento, José Pacheco Pereira, solicita que a questão dos portugueses detidos em Cabinda seja *“incluída na agenda da Comissão, de forma a que o Parlamento Europeu possa estudar o que pode fazer para contribuir para a sua libertação”*.

Nesta carta, Pacheco Pereira recorda que, *“desde Maio do ano 2000 que se encontram sequestrados no interior de Cabinda, na República Popular de Angola, os Senhores Sérgio Alves Fidalgo, Manuel da Mota Nunes e Marco da Costa Santos, trabalhadores numa empresa local, feitos prisioneiros pela Frente Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), grupo de guerrilha que luta pela independência do enclave”*.

A situação dos portugueses é muito má; encontram-se doentes e detidos em condições de grande privação e, apenas há uma semana, se obteve a confirmação de que estavam vivos. A FLEC colocou um conjunto de reivindicações de carácter político ao governo português para a sua libertação, que inclui uma declaração política sobre a independência do território, que, como é óbvio, este não pode aceitar à luz do direito internacional”.

Pacheco Pereira, considerando ser esta *“uma matéria de direitos humanos que pela sua delicadeza exige uma atenção da opinião pública internacional, que pressione os captores dos portugueses, e os leve a libertá-los sem demora”*, solicita ao Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros que inclua esta questão na agenda da Comissão, *“de forma a que o Parlamento Europeu possa estudar o que pode fazer para contribuir para a sua libertação”*.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int



Com o **alargamento**, a população e a superfície da UE crescem 1/3 mas o PIB crescerá apenas 5% (*Relatório da CE sobre a Coesão*)



Em 8 dos 12 Estados candidatos à adesão o rendimento médio por habitante é 40% da média comunitária. (*idem*)



Esse rendimento equivale a cerca de 50% do rendimento dos 3 países menos prósperos onde se inclui Portugal. (*idem*).

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551